

Projeto 4

Educação em Direitos

Carolina Bessa Ferreira de Oliveira

Cód/Nome	4 - Educação em Direitos
Orientador	Carolina Bessa Ferreira de Oliveira
Campus	Sosígenes Costa
Área	Atividades acadêmicas (ensino/pesquisa/extensão) - ÊNFASE NA EXTENSÃO.
Vagas	2
	carolinabessa@ufsb.edu.br

Resumo

O projeto de extensão “Educação em Direitos: universidade e(m) comunidade” trata-se de um conjunto de ações educativas de extensão pautadas na necessária interface universidade pública e comunidade - com foco na relação educação superior e educação básica. A proposta abarca a realização de oficinas em rodas de conversas, mediadas, que pautem temas voltados à educação em direitos em perspectiva emancipatória, isto é, compreendendo e situando os direitos historicamente conquistados e as práticas relacionadas ao direito como instrumento de acesso à justiça, a direitos sociais e à dignidade humana. O público-alvo são estudantes do Ensino Médio e Anos finais do Ensino Fundamental, bem como professores, do Centro Integrado de Educação de Porto Seguro (CIEPS), cuja parceria preexistente é um fator facilitador de abertura institucional - o projeto está em execução desde 2019. A proposta está amparada em documentos normativos e Diretrizes Nacionais (BRASIL, 2012) atinentes ao eixo extensionista da Universidade, e sua indissociabilidade com o ensino e pesquisa, às finalidades da Educação Superior preconizadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) e ao papel universitário na promoção da Educação em Direitos Humanos. Metodologicamente, o projeto apoia-se na ideia de círculos de cultura de Paulo Freire (1967), cuja tematização, com palavras geradoras, problematização e sistematização, geram um ambiente dialógico propício às relações horizontalizadas e aos processos formativos e avaliativos processuais.

Atividades dos bolsistas

1) Estudos e pesquisas sobre Educação em Direitos, Direitos Humanos e metodologias ativas: seus aspectos teóricos e práticos | Espera-se que a/o bolsista tenha contato com literaturas especializadas e conheça exemplos práticos de metodologias ativas de abordagem educativa de direitos; 2) Participação em oficinas educativas junto a estudantes do ensino médio: tematizando direitos humanos e promovendo atividades participativas | Espera-se que a/o bolsista desenvolva habilidades de mediação de

oficinas, execução de atividades educativas e participação colaborativa com o grupo envolvido; 3) Elaboração de relatórios, planos de execução de oficinas e materiais de apoio à realização das oficinas | Espera-se que a/o bolsista aprimore competências de planejamento e escrita, sistematização e relatorias acadêmicas.

Atividades semanais e carga horária

1) Leituras e pesquisas - 3 h. 2) Participação em oficinas - 3 h. 3) Planos, relatórios e materiais - 2 h.

Introdução

O projeto de extensão “Educação em Direitos: universidade e(m) comunidade” trata-se de um conjunto de ações educativas de extensão pautadas na necessária interface universidade pública e comunidade - com foco na relação educação superior e educação básica. A proposta, já em execução desde 2019, abarca a realização de oficinas em rodas de conversas, mediadas por docentes e discentes da UFSB integrantes do Projeto, que pautem temas voltados à educação em direitos em perspectiva emancipatória, isto é, compreendendo e situando os direitos historicamente conquistados e as práticas relacionadas ao direito como instrumento de acesso à justiça, a direitos sociais e à dignidade humana. O público-alvo são estudantes do Ensino Médio e Anos finais do Ensino Fundamental, bem como professores, do Centro Integrado de Educação de Porto Seguro (CIEPS), cuja parceria preexistente é um fator facilitador de abertura institucional - já indicado para o presente projeto pela coordenação. A proposta está amparada em documentos normativos e Diretrizes Nacionais (BRASIL, 2012) atinentes ao eixo extensionista da Universidade, e sua indissociabilidade com o ensino e pesquisa, às finalidades da Educação Superior preconizadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) e ao papel universitário na promoção da Educação em Direitos Humanos. Metodologicamente, o projeto apoia-se na ideia de círculos de cultura de Paulo Freire (1967), cuja tematização, com palavras geradoras, problematização e sistematização, geram um ambiente dialógico propício às relações horizontalizadas e aos processos formativos e avaliativos processuais.

Justificativa

A partir de uma perspectiva emancipatória e empírica, justifica-se o projeto proposto, considerando-se que a conquista de direitos, mesmo que apenas no âmbito formal em alguns casos, serve de base para reivindicar junto ao poder público ações prestacionais e também para pautar ações educativas voltadas à participação cidadã. Assim, leva-se em consideração o potencial efeito multiplicador de ações educativas em direitos, bem como problematiza-se o papel da Universidade pública em sua inserção social e articulação comunitária, incluindo-se as finalidades da Educação Superior previstas na legislação educacional relacionadas a estabelecer uma relação de reciprocidade com a comunidade, promover a extensão aberta à participação da população e atuar em favor

da Educação Básica, dentre outros aspectos, a partir de atividades de extensão. Soma-se a isto, a necessidade e previsão legal de se abordar temas interdisciplinares como o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Maria da Penha, bem como a demanda por realizar ações de extensão na área da promoção e Educação em Direitos Humanos, em diálogo com a sociedade e a gestão pública, conforme preconizado em Diretrizes Nacionais do Conselho Nacional de Educação, notadamente a Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012. Diante disso, entendemos os direitos e os processos de educação sobre eles como recursos capazes de articular e mobilizar atores sociais, questionar processos sociais, políticos e jurídicos excludentes, potencializar relações de proteção social e multiplicar saberes relacionados a direitos, garantias e cidadania ativa. Entendemos, ainda, que os espaços públicos podem compor redes e se constituírem como espaços privilegiados de debates e potencialização desses saberes, como é o caso do ambiente escolar. Assim, dentre os benefícios esperados no processo de ensino-aprendizagem, vislumbramos a salutar e necessária relação de complementaridade entre a educação básica e a superior, a construção de processos educativos críticos em torno do direito e a abordagem interdisciplinar de temas jurídicos. Por fim, salienta-se que o presente projeto alinha-se aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, notadamente em seus ODS 4 (Educação de qualidade), 10 (Redução das desigualdades) e 16 (Paz, Justiça e instituições eficazes).

Objetivo Geral

Promover a educação em direitos, com foco nos Direitos Humanos, subsidiando multiplicadores na comunidade.

Objetivos Específicos

Realizar ações educativas interdisciplinares voltadas à educação em direitos, formação cidadã e valorização dos direitos conquistados, pautadas na cultura democrática, na promoção e no enaltecimento da diversidade e no respeito às diferenças, fomentando processos de educação formal e não formal, de modo a contribuir para a multiplicação de saberes jurídicos em perspectiva emancipatória junto à comunidade e para a construção de redes que fortaleçam o exercício da cidadania ativa. Estimular que a comunidade, sobretudo a população jovem, pesquise, conheça e intervenha no campo dos direitos, leis e mecanismos jurídicos, fortalecendo a capacidade de tomar iniciativas e decisões no sentido de promover o acesso e a defesa de direitos. Fornecer subsídios (in)formativos para a consolidação da cultura dos direitos, sua proteção, promoção e divulgação, nos espaços públicos – notadamente no ambiente escolar, e que fortaleçam redes de educação cidadã no território local.

Metodologia

Metodologicamente, para o alcance dos objetivos propostos, o projeto envolve momentos de leitura, pesquisa e formação interna, aliado ao planejamento com os envolvidos no âmbito do CSC e, paralelamente, realizar contatos com interlocutores no

CIEPS. A partir de então, são aplicadas metodologias ativas para abordagem da educação em direitos por meio de oficinas e rodas de conversa. a) Rodas de conversa: espaço de diálogo mediado pela equipe executora, que visa promover momentos de problematização e reflexão- consciência crítica sobre os temas abordados no projeto. As rodas se inspirarão nos círculos de cultura de Paulo Freire, cuja tônica é a experiência coletiva de diálogo em espaços educativos. Na mediação, será possível dispor de recursos como vídeos, imagens, músicas, etc. Ainda, prevê-se utilizar este recurso para a apresentação do projeto aos público-alvo, identificação de interessados, identificação de demandas e temas de interesse, momentos avaliativos. b) Abordagem interdisciplinar de temas em torno de eixos interdisciplinares – temas estes identificados previamente junto ao público-alvo do projeto, por meio de oficinas de levantamento de expectativas: Direitos Humanos: fundamentos filosóficos e históricos, racismo e legislação, políticas pública se participação social, direitos das mulheres, direitos das/os estudantes, direitos da crianças e adolescentes e direitos da população LGBT QI.

Resultados esperados

- Consolidação da articulação entre a UFSB e espaços públicos presentes no município – notadamente unidades escolares da rede pública – com a construção de redes de apoio mútuo e ações conjuntas;
- Sensibilização da comunidade acadêmica e local sobre direitos, em geral, e seu papel emancipatório;
- Formação de multiplicadores de informações e conhecimentos acerca de direitos fundamentais e cidadania ativa, com foco na juventude, com certificação das atividades e curso de extensão pela UFSB;
- Interação entre atores da Universidade e da Educação Básica no território local;
- Fortalecimento da articulação entre ensino, pesquisa e extensão universitária no âmbito das temáticas que envolvem direitos, educação, sociedade e cidadania.

Referências

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Cidadania e Democracia. In: Lua Nova, nº 33, 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n33/a02n33.pdf> Acesso em 02/02/2019. _____ . Educação em direitos humanos: de que se trata? In: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite (org.). Formação de educadores: desafios e perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 2003, p. 309-318. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=BpQVrSkz144C&oi=fnd&pg=PA309&dq=educa%C3%A7%C3%A3o+em+direitos&ots=VmbpV02_oJ&sig=agEQt7WuABb88MopqHoH7U6aMZg#v=onepage&q=educa%C3%A7%C3%A3o%20em%20direitos&f=false Acesso em 20/03/2019.

BITTAR, Eduardo C. Educação e metodologia para os direitos humanos: cultura democrática, autonomia e ensino jurídico. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/br/fundamentos/19_cap_2_artigo_11.pdf Acesso em 05/06/2019 BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de

1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm
Acesso em 05/06/2019 _____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Estabelece diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em 02/03/2019.

_____. Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf Acesso em 05/03/2019.

_____. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: MEC, MJ, UNESCO, 2007. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2191-plano-nacional-pdf&Itemid=30192 Acesso em 02/03/2019. _____. Caderno de

Educação em Direitos Humanos. Educação em Direitos Humanos: Diretrizes

Nacionais. Brasília: SDH, 2013. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=32131-educacao-dh-diretrizesnacionais-pdf&Itemid=30192 Acesso em 02/03/2019.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Direito à Educação, Diversidade e Educação em Direitos Humanos. In: Educação e Sociedade, Campinas, v. 33, n. 120, p. 715-726, jul.-set. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/04.pdf> Acesso em 15/02/2019.

COMPASS. Manual de Educação para os Direitos Humanos com jovens. Disponível em:

http://www.dinamo.pt/images/dinamo/publicacoes/compass_2016_pt.pdf Acesso em 05/06/2019

CARBONARI, Paulo César. Direitos Humanos: sugestões pedagógicas. Passo Fundo: IFIBE, 2010. Disponível em:

http://www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/a_pdf/livro_carbonari_dh_sugestoes_pedagogicas.pdf Acesso em 05/06/2019

FREIRE, Paulo. Educação como prática e liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967. _____. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MAGENDZO KOLSTREIN, Abraham; PAVEZ BRAVO, Jorge. Derechos humanos em los lineamientos curriculares referidos a la formación ciudadana. In: Práxis Educativa, UNLPam, vol. 20, num. 1, 2016, Disponível em:

<https://cerac.unlpam.edu.ar/index.php/praxis/article/view/1179/1237> Acesso em 08/03/2019.

RODINO, Ana Maria; TOSI, Giuseppe; FERNANDÉS, Mónica Beatriz; ZENAIDE, Maria de Nazaré T. (orgs). Cultura e educação em direitos humanos na América Latina. João Pessoa: CCTA, 2016. Disponível em:

http://www.cchla.ufpb.br/ncdh/wp-content/uploads/2016/07/EBOOK-Cultura-e-EDH-Am%C3%A9rica-Latina_Miolo_02-05-16.pdf Acesso em 03/03/2019.

SANTOS, Boaventura Souza; CHAUI, Marilena. Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2013.